

AS CONTRIBUIÇÕES DA AD PARA A COMPREENSÃO DO DISCURSO ESCOLAR- ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

RESUMO: Este artigo tem como objetivo provocar uma reflexão sobre a configuração histórico-ideológica em que se insere a Análise de Discurso de Linha Francesa e a sua contribuição para a compreensão dos discursos escolares a fim de suscitar entendimentos de como estes estão sustentando a ideologia da classe dominante através do seu mais poderoso Aparelho Ideológico – A ESCOLA.

Palavras-chave: discurso escolar – linguagem – ideologia

ABSTRACT: The aim of this article is to cause a reflection about the ideological and historical configuration where the French Line Discourse Analysis is placed and its contribution for the comprehension of the school discourses in order to show how the upper class ideology is supported by its powerfull ideological apparatus- The School.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de tecer um questionamento epistemológico entre a Análise de Discurso de Linha Francesa e o Discurso Escolar, procura-se pesquisar as formas como estes se relacionam e a contribuição que a AD pode oferecer à compreensão dos discursos escolares.

A Análise de Discurso tal como a conhecemos no Brasil – na perspectiva que trabalha o sujeito, a história, a língua - se constitui no interior das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem três novos campos de saber: a que se constitui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo. Com a linguística sabe-se que a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por sua materialidade que lhe é própria. Com o marxismo sabemos que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Com a psicanálise o sujeito se coloca como tendo opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. São, pois, essas diferentes- formas de materialidade- de não transparência- que vão constituir o cerne do conhecimento de cada um desses campos de saber (ORLANDI,2007).

A Análise de Discurso tem seu método e seu objeto próprios que tocam a linguística, psicanálise e o marxismo, mas que não se confundem com eles. Podemos, dizer assim, que a análise de discurso pressupõe a psicanálise, a linguística. E os pressupõe na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma

teoria psicanalítica do sujeito. É este o contexto teórico da análise de discurso e as condições históricas do aparecimento da análise do discurso.

Isto acontece nos anos 60 do século XX, no momento em que a leitura suscita questões à respeito da interpretação. Autores como Althusser, Foucault, Lacan, Barthes e outros pensadores da época interrogam o que ler que dizer. Em todos eles a preocupação com a leitura desemboca no reconhecimento de que a leitura deve se sustentar em um dispositivo teórico. Assim, temos um “novo olhar” sobre a leitura. Neste contexto reflete-se sobre o que se podem pensar do texto. Surge assim um lugar teórico – pode-se dizer mesmo disciplinar - para a análise de discurso. O que ler significa. Com isso, a análise de discurso vai constituir como uma disciplina de entremeio, buscando o sócio-histórico e o linguístico, interrelacionando o dizer a sua exterioridade, contribuindo para a compreensão do discurso escolar público.

ESCOLA COMO LUGAR DE CONFLITO

Na escola, o sujeito ocupa um espaço tenso, entre a reprodução do instituído e o desejo de subverter, porém professores e alunos podem de fato reagir criticamente ao discurso do poder que toma as decisões sobre a educação. Podem não só criticar suas metas, objetivos e conteúdos como também exigir sua participação e inclusão nesse discurso educacional.

Tem-se em mente o fato de que o discurso não “reflete” a realidade exterior, nem é o “porta-voz” da realidade, mas ele mesmo é a realidade. Constituído de signos, o discurso é material. A “encenação” onde se dá o discurso na escola não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas, estando esse real investido pelo discurso. Todas as instituições escolares são igualmente reprodutoras ou transformadoras. A sala de aula pode ser um espaço mais transformador do que reprodutor ou vice e versa. Com isso os educadores devem empenhar-se para que a transformação exista, mesmo que ela conviva (como não pode deixar de ser) com a reprodução.

Acredita-se que é por meio de uma ação transformadora, uma prática não manipuladora, mas um trabalho simbólico capaz de fazer a mediação do homem com a realidade social e natural que pode-se mudar a realidade escolar.

A interação, tal como BAKHTIN a concebe, constitui uma categoria de que o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro, numa relação dinâmica entre a alteridade e identidade. A interação se localiza na relação social, que é, antes de tudo, linguagem. Os lugares sociais somente podem existir por meio de uma rede de lugares discursivos. Daí se poder dizer que os professores e os alunos se constituem pela linguagem.

Entendem-se “ser sujeito” do discurso escolar de duas maneiras. Primeiro, no sentido de estar sujeito a tudo aquilo que a instituição num dado momento histórico impõe como determinante. Falar em locutores situados num contexto é enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever. O aluno e o professor, como interlocutores, são, na verdade, indivíduos inscritos em lugares já estabelecidos, por intermédio dos quais alcançam sua identidade.

Ocupando, então, tais posições, por meio desse sistema de lugares, que sendo social, ultrapassam a identidade do indivíduo, o sujeito do discurso escolar diz aquilo que pode e deve dizer, de acordo com as regras que determinam esse discurso. Segundo, Pensa-se que “ser sujeito” é, ao mesmo tempo em que se ocupa o lugar que a instituição determina procura agir para a ultrapassagem da fixação de tais regras, que é uma condição da transformação política.

Pensar a questão política ao mesmo tempo em que se pensa a língua consiste em uma das preocupações da AD. No discurso deve-se considerar a relação da língua com o sujeito e a situação. Ao analisar o discurso escolar observamos que a língua não é transparente e muitos discursos contêm silenciamentos que a análise de discurso através dos dispositivos teóricos e analíticos questionam a sua compreensão, pois a língua nos dá as condições materiais de base sobre a qual se desenvolve os processos discursivos. Ao considerar o sujeito e os sentidos constituindo-se ao mesmo tempo, podemos perceber através destes sentidos como Os Aparelhos Ideológicos do Estado perpassam sua ideologia através da escola. Assim sendo, é preciso desconfiar de tudo que pareça evidente, daquilo que se apresenta como senso comum (BARTHES,1978).

Segundo (GEERTZ,1983), o senso comum historicamente construído, é um sistema cultural , onde as coisas são aquilo que fazemos com que elas sejam. O senso comum apresenta-se com cinco propriedades ou “quase qualidades”: naturalidade, praticabilidade, literalidade, irregularidade e acessibilidade dessas, duas são importantes para a análise da discussão da subjetividade escolar: a literalidade (senso comum), colocando as coisas de maneira simples literalmente, e a normalidade-acessibilidade. Ambas barram a idéia do diferente pelo múltiplo. A literalidade é produto da história, resíduo do poder e o senso comum que o sujeito seja transparente. O senso comum mostra seu caráter ideológico, histórico, sua força normatizadora.

É através da falta que o sujeito tem um distanciamento crítico, quando o sujeito está inserido na literalidade este se cala.

OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO- A ESCOLA

Ao analisar os discursos escolares - escola pública na cidade do Salvador-Ba – observa-se os movimentos dos sentidos que estes apresentam, caracterizando o fato de que os mesmos vêem na escola uma oportunidade de crescimento sócio-cultural, porém o discurso autoritário e polissêmico dos Aparelhos Ideológicos fazem emergir o inconsciente na voz da negatividade, sendo sujeitos apenas reprodutores da produção.

Ao observar as condições de produção e a posição dos sujeitos dos discursos escolares de escolas públicas, nota-se que as palavras dos mesmos fazem sentido a partir da posição que ocupam (lugar social). O seu contexto imediato vai interferir na ideologia em que a escola foi inserida e a projeção imaginária que este sujeito foi projetado pelos Aparelhos Ideológicos. Já que na memória discursiva fala uma voz anônima (COURTINE, 1970).

No discurso escolar o modo de interpretar representa a ideologia do indivíduo, assim o analista do discurso para chegar à compreensão detecta os gestos de interpretação que estão presente no texto, para poder captar o não dito.

Assim, pelos equívocos da língua percebe-se o modo de funcionamento da ideologia – o que está presente por uma ausência necessária (ORLANDI,2006).

Nos discursos escolares precisam considerar a relação da língua com o sujeito e a situação, pensando o texto e o seu funcionamento de maneira constitutiva, inserindo o sujeito e os sentido constituindo-se ao mesmo tempo nos processos de significação.

Através da incompletude, nota-se o lugar do possível, onde na falha é que é possível encontrar o sentido do outro, uma vez que não há possibilidade do completo. Assim o sentido e o sujeito são divididos para o político. Todo dizer é político, por isso devemos sempre pensar o confronto entre o simbólico e o político, observando como as relações de poder se estabelecem entre os sujeito e os movimentos de sentidos por eles evidenciados no processo de significação.

A análise de discurso em razão de uma história que lhe assegura princípios sólidos contribui para a compreensão do discurso escolar através de questionamentos da compreensão de textos, já que leva em conta a língua enquanto objeto construído pelo linguista, e as línguas particulares enquanto situadas em um espaço; configura os enunciados a analisar em corpora construídos, geralmente heterogêneos, segundo um saber assumido, linguístico, histórico, político e filosófico; propõe interpretações que constrói levando em conta dados de línguas e de história, tomando em consideração as capacidades linguísticas reflexivas dos sujeitos falantes, mas também recusando pôr na fonte do enunciado um sujeito enunciator individual que seria “senhor em sua própria casa”(MAZIÉRE,2007).

Com isso, busca-se através da AD a compreensão para os discursos escolares levando em consideração os implícitos e não ditos a fim de perceber o discurso que a classe dominante incuti através de um dos seus mais importantes Aparelhos Ideológicos- A Escola – (ALTHUSSER,1978), fazendo uma análise dos resultados obtidos no funcionamento discursivo dos textos escolares, analisando os movimentos de sentidos neles existentes e não o que o texto quer dizer, perfazendo uma análise de conteúdo.

O TEXTO E O DISCURSO ESCOLAR

A análise de discurso tem como unidade o texto. O texto não visto como na análise de conteúdo, em que o mesmo é atravessado para encontrar para se encontrar um sentido, mas discursivamente, enquanto o texto constitui discurso, sua materialidade. Assim se procura ver o texto em sua discursividade: como em seu funcionamento o texto produz sentido. E entender isso é compreender como o texto se constitui em discurso e como este pode ser compreendido em função das formações discursivas que se constituem em função da formação ideológica que as determina.

Pensar o texto em seu funcionamento é pensá-lo em relação às suas condições de produção, é liga-lo a sua exterioridade. Esta ligação, no entanto, não coloca o texto

como um documento no qual veríamos ilustrados os sentidos já constituído em outro lugar, mas como monumento, como diria Foucault, em que a própria textualidade traz nela mesma sua historicidade, isto é, o modo como os sentidos se constituem, considerando a exterioridade inscrita nela e não fora dela.

Não se pode conceber o homem isolado da linguagem. Esta, enquanto instância primeira e necessária à constituição do sujeito (BENVENISTE, 1976), é ela própria lugar de poder.

Segundo BARTHES, o objeto em que se inscreve o poder desde toda humanidade, é a linguagem ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquece-se que toda língua é uma classificação e que toda classificação é opressiva. Falar antes de qualquer coisa, implica, em uma denominação de si mesmo, uma relação fatal de alienação, de sujeição. Pela linguagem, somos obrigados a nos dizer, a nos identificar. A obrigação de falar é muito forte e só tem-se o direito de calar quando a palavra nos é recusada ou retirada

LINGUAGEM E PODER

A linguagem é lugar de poder e de tensão, mas ela também nos oferece recurso para jogar com esse poder e essa tensão. O poder procura, no entanto, eliminar as possibilidades que a linguagem nos dá para fugir ao controle que ele quer absoluto. Daí as constantes buscas por uma língua cada vez mais perfeita, mais transparente, na qual o sujeito encontre cada vez menor espaço para se colocar, para resistir. Eliminar a ambiguidade, o equívoco, a polissemia, a lugar do 'possível', do desejo. Uma língua metálica, sem emoções, através da qual o olhar, como mostra COURTINE (1983), poderia enxergar todo o pensamento do homem. É uma briga entre o formal e o histórico, o social, o ideológico. Segundo (ORLANDI, 1987), essa não é uma questão pacífica para os que refletem sobre a linguagem. Há os partidários da formulação e os que consideram que ela deixa para fora os aspectos mais definidores da linguagem. Com certeza, a Análise do Discurso não se enquadra no primeiro grupo, o que nos dá a possibilidade de, através do método discursivo, trabalhar com a ambiguidade, o equívoco, a polissemia, o desejo do sujeito. Desejamos apreender os processos de linguagem, as marcas linguísticas, através dos quais as pessoas tentam redistribuir a tensão, deslocando a responsabilidade que lhes é imputada em seus atos e palavras. Quer-se atravessar a evidência do observável, do palpável, da construção ideológica, e procurar, no método discursivo, instrumentos que tornem visíveis os processos de linguagem afetados pela ilusão da subjetividade, no que se refere ao juridismo inscrito nas relações pessoais. Almejamos ver como o sujeito inscreve-se no cotidiano, frente a seus direitos e deveres.

O poder, na sua forma de coerção, subjaz como temática central do nosso trabalho. Abordando as relações entre os indivíduos, podemos trazer à tona o complexo sistema social, mostrando os modos de opressão que constituem o mesmo. O discurso cotidiano é um campo de análise importante para a explicação das relações de poder que nos cercam. Enquanto cidadãos responsáveis, conscientes de nossos deveres e direitos,

encontramo-se envolvidos por relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência.

Ainda que o poder “se estenda como água que se escoa por toda parte”(BARTHES,1978), é preciso continuar a estranha-lo e a procurar, na linguagem, as formas com que se joga com esse poder.

Ao observar a formação social tem-se dois níveis de realidade. No nível da aparência notamos que os Aparelhos ideológicos funcionam como norteador, com a finalidade de difundir o superficial (aparentemente a escola pretende escolarizar o indivíduo).

No nível da aparência, as oportunidades de acesso à educação apresentam-se como a concretização – formação do indivíduo-, nesse nível, a relação de aprendizagem é uma troca de indivíduos livres e iguais (tema).No nível da essência observamos que não há uma troca igualitária e que o educando(figura) não aprendeu, mas agregou estatísticas para o classe dominante detentora do poder, evidenciando o nível fenomênico, uma vez que a realidade se coloca invertida.

No discurso escolar os percursos temáticos e figurativos se repetem. O percurso temático de “educação para todos” é sempre usado pelos que detêm o poder e almejam encucamentos ideológicos aos dominados.No imaginário da classe baixa, o tema “educação” é figurativizado por escolas bem equipadas e com infra-estrutura.

CONCLUSÃO

Tomando a linguagem como ponto de análise para as questões sociais e ideológicas , nota-se que a mesma é ao mesmo tempo, autônoma em relação às formações sociais e determinadas por fatores ideológicos. Por isso, o linguista deve distinguir níveis e dimensões que sofrem coerções ideológicas.

A determinação ideológica revela-se, em toda sua plenitude, no componente semântico do discurso. As formações ideológicas presentes numa dada formação social determinam formações discursivas.Estas materializam aquelas. Estabelecem um conjunto de temas e de figuras com que o “indivíduo’ fala do mundo exterior e interior.

Assim sendo por seu caráter introdutório, este artigo deseja provocar uma reflexão sobre o discurso escolar e as contribuições da Análise de Discurso para a construção de um olhar mais acurado nos discursos escolares, percebendo o político-social-ideológico produzido pelos deslizamentos nos efeitos de sentidos, enquanto efeito metafórico, em que língua e história se ligam pelo materialmente determinado, que se define o trabalho ideológico – ou o trabalho de interpretar,na construção de seres pensantes e críticos do seu próprio discurso.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Editora Graal. 2003. Rio de Janeiro, RJ.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Editora Hucitec. 2004. São Paulo, SP.
- BENVENISTE, R. *Problemas de Linguística Geral*. Editora Edusp. 1976. São Paulo, SP.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Editora Cultrix. 1978. São Paulo, SP.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e Ensino*. Editora Autêntica. 2005. São Paulo, SP.
- COURTINE, J.J. *Definition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*, *Philosophiques*, Vol. IX, número 2, 1982.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. Editora Ática, 2005. São Paulo, SP.
- GEERTZ, C. *Local Knowledge*, Basic Books, Inc. Publishers, New York, 1983.
- LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Editora Pontes, 1988. Campinas, SP.
- MAZIÈRE, Francine. *Análise do Discurso. História e Prática*. Editora Parábola. 2007. São Paulo, SP.
- ORLANDI, Eni P. *Introdução às ciências da linguagem. Discurso e textualidade*. Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (ORGs). Editora Pontes, 2006. Campinas, SP.